

## **Influência socioeconômica das famílias sobre o rendimento dos filhos ocupados, de 24 a 33 anos de idade, que residem com os pais, no Brasil (1995 e 2015)\***

*Socioeconomic Influence of Families on the Income of Employed Children, Aged 24 to 33, Who Live with their Parents, in Brazil (1995 and 2015)*

Daniel da Silva Barros e Carlos Roberto Ferreira \*\*

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar a influência socioeconômica familiar sobre o rendimento dos filhos de 24 a 33 anos de idade que continuam residindo no domicílio com os pais, nos anos de 1995 e 2015. Em especial, verificar como alguns aspectos profissionais da pessoa de referência do domicílio impacta na vida profissional dos filhos. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1995 e 2015, foram ajustadas regressões de rendimento para pessoas ocupadas, com idade de 24 a 33 anos, na condição domiciliar de filho, incluindo-se como variáveis explanatórias características pessoais, familiares e rendimento e escolaridade dos pais. As estimativas mostram que a escolaridade é significativamente importante na determinação da própria renda. Além disso, o setor de atividade, o rendimento e escolaridade dos pais são fatores que influenciam na conformação da renda dos filhos. Verifica-se também, ao incluir na equação características do ambiente familiar e dos pais, que ocorre uma diminuição da taxa de retorno da escolaridade, sugerindo que o efeito da educação sobre o rendimento pode estar superestimado em regressões de rendimento que não consideram a influência de aspectos familiares.

**Palavras-chave:** Escolaridade. Ambiente familiar. Rendimento dos filhos.

**Abstract:** The aim of this study is to analyze the family socioeconomic influence on the income of sons aged 24 to 33 years who continue to live at home with their parents, in the years 1995 and 2015. In particular, to verify how some professional aspects of the reference person of the household impact on the professional life of the children. Based on data from the National Household Sample Survey (PNAD) from 1995 and 2015, income regressions were adjusted for employed people, aged 24 to 33, in the household condition of child, including as explanatory variables personal, family members characteristics and parents' income and education. The estimates show that schooling is significantly important in determining one's own income. In addition, the sector of activity, income and education of parents are factors that influence the conformation of

\* Submissão: 03/05/2021 | Aprovação: 24/09/2021 | DOI: 10.5380/re.v43i82.80851

\*\* Respectivamente: (1) Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil | ORCID: 0000-0003-0846-0266 | E-mail: dbarros@uel.br | (2) Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil | ORCID: 0000-0003-1627-0622 | E-mail: robert@uel.br



children's income. It is also found that by including characteristics of the family environment and parents in the equation, there is a decrease in the rate of return of schooling, suggesting that the effect of education on income may be overestimated in income regressions that do not consider the influence of family aspects.

**Keywords:** Education. Family environment. Children's income.

**JEL:** D33. J24. J62.

---

## 1. Introdução

São muitas as variáveis que influenciam a determinação da renda de um indivíduo. Sem dúvidas, o nível de escolaridade destaca-se pelo alto grau de correlação com a renda, mas outros fatores relacionados com as características familiares também exercem grande impacto no rendimento das pessoas, em especial o rendimento e a escolaridade dos pais. As diferenças de oportunidades entre os agentes sugerem que ainda há limites à mobilidade social no país. As disparidades regionais são outro aspecto recorrente no debate sobre desigualdade social, que perduram por gerações. Ferreira e Veloso (2003) destacam que, na distribuição de escolaridade no Brasil, existe um elevado grau de persistência entre gerações. Consequentemente, a distribuição de renda segue o mesmo caminho. Um fato positivo é que a cada geração o nível médio de escolaridade é superior à geração dos pais.

A estrutura educacional da família exerce um papel muito importante na determinação da disparidade de rendimentos; assim, para Reis e Ramos (2011), o desempenho dos filhos no mercado de trabalho brasileiro associa-se ao nível educacional dos pais.

Schultz (1988) descreve algumas vias de possibilidade de a estrutura educacional familiar afetar o preparo dos filhos para o mercado de trabalho. Para o autor, domicílios com pais mais escolarizados favorece um maior fluxo de conhecimento no ambiente, contribuindo para redução do custo de aprendizagem absorvida pelos filhos, bem como aumenta a eficiência do aprendizado. Além disso, pais mais escolarizados possivelmente sejam também mais ricos, com maiores capacidades de realizar investimentos na quantidade e qualidade da educação para os filhos.

O nível educacional dos indivíduos é influenciado pelos recursos familiares de diversas maneiras, Barros *et al.* (2001) relacionam a renda familiar *per capita* e o nível de escolaridade dos pais. Para os autores, o impacto do nível educacional dos pais é mais forte do que a renda familiar. Na explicação, demonstram que, em domicílios com pais mais escolarizados, os filhos disponibilizam maior estoque de livros e de melhor qualidade, e mais, os pais são capazes de contribuir nas tarefas escolares, diminuindo nos custos da educação dos filhos. A aplicação desses recursos facilita o aumento do nível educacional dos filhos, que, por consequência, terão oportunidades de obtenção de maiores rendas na fase adulta.

Diante disso, este artigo tem o objetivo de analisar a influência socioeconômica familiar na determinação da renda dos filhos de 24 a 33 anos de idade que permanecem residindo no lar com os pais, nos anos de 1995 e 2015. Especialmente, verificar a contribuição de alguns aspectos profissionais da pessoa de referência do domicílio na conformação do rendimento dos filhos, tais como a posição de ocupação, o setor de atividade, o rendimento e a escolaridade dos pais, além de examinar outras características como a raça, lares monoparentais, a localização (urbano, rural e regional).

No próximo item, apresenta-se uma revisão empírica dos principais trabalhos recentes sobre determinação da renda, abordando a influência do ambiente familiar na vida profissional dos filhos. A seção 3 descreve o tratamento da base de dados e a metodologia utilizada na estimação das equações de rendimento. Na seção 4, expõe-se os resultados, inicialmente, analisando algumas características familiares; em seguida, a análise das estimativas. Por último, resume-se as principais considerações finais do trabalho.

## **2. Características familiares e o efeito da escolaridade na renda dos filhos**

Comumente usa-se a condição familiar para explicar o grau de educação dos indivíduos, tanto no tocante à estrutura familiar (monoparentais ou biparentais) como no nível de educação dos pais da família. Também, é consenso que há uma correlação direta entre o nível educacional e a aferição dos rendimentos. Sendo assim, pode-se verificar o grau de interferência do ambiente familiar na determinação da renda de seus membros. Dessa forma, faz-se necessário apresentar alguns trabalhos que pesquisaram sobre este tema.

Barros e Lam (1993) analisaram o grau de escolaridade de crianças de 14 anos nas regiões urbanas de São Paulo e do Nordeste brasileiro, por meio dos dados da PNAD de 1982. Encontraram que a média de escolaridade das crianças paulistas é um ano e meio superior à média das crianças no Nordeste, e procuraram explicar, por meio das diferenças regionais nas características dos pais, que tanto a escolaridade como a renda dos pais paulistas são bem maiores do que dos pais nordestinos. Os autores efetuaram uma previsão de escolaridade das crianças de 14 anos, utilizando coeficientes de regressão e características médias de cada região, e conseguiram explicar 20% da diferença de anos de estudo dos filhos nordestinos e paulistas.

Para Barros *et al.* (2001) a educação dos pais exerce um papel importante na determinação do grau de escolaridade dos filhos. Os autores investigaram os determinantes do fraco desempenho educacional brasileiro, nos indivíduos com idade de 11 a 25 anos que vivem em áreas urbanas das regiões Nordeste e Sudeste. Enfatizaram a necessidade de perceber que a escolaridade dos pais tanto eleva a renda familiar de maneira permanente como, também, pode ser um fator na redução do custo da educação para os filhos e, conseqüentemente, estimula o aumento da demanda por escolaridade e, portanto, aumenta a probabilidade de os filhos obterem rendimentos mais elevados no futuro.

Considerando o conceito de mobilidade utilizado na literatura econômica, em que uma sociedade apresenta alto grau de mobilidade quando a classe social dos pais exerce pouca importância na determinação da classe social dos filhos, pode-se citar o trabalho de Ferreira e Veloso (2003) que evidenciam a mobilidade intergeracional de educação no Brasil. Os autores utilizaram o suplemento de mobilidade da PNAD de 1996. Mostram que o grau de mobilidade varia entre regiões e raças: o Nordeste apresenta menor mobilidade que no Sudeste, e entre negros é mais baixa do que entre brancos. Evidenciam também que a mobilidade é menor em lares de pais com pouca escolaridade do que em lares de pais com escolaridade mais elevada. Isto demonstra que a escolaridade e o rendimento dos filhos têm uma forte relação com o ambiente familiar de sua convivência.

Netto Júnior e Figueiredo (2009) analisaram a mobilidade intergeracional educacional e mobilidade de renda no Brasil, no período de 1986 a 2005; a análise foi realizada com base na matriz de transição markoviana em que a diagonal principal indica o grau de persistência dos pais sobre desempenho educacional dos filhos. Os autores relatam que a persistência dos pais analfabetos é mais forte nas regiões menos desenvolvidas. Assim, filhos de pais com baixo nível educacional têm maior probabilidade de permanecer no mesmo nível educacional dos pais. Quanto mais elevada a escolaridade dos pais, maiores serão as chances de os filhos chegarem à universidade, conseqüentemente maiores as oportunidades de obtenção de rendimentos mais elevados.

Com o objetivo de estimar o grau de mobilidade intergeracional de renda no Brasil, Pero e Szerman (2008) utilizaram a base de dados do suplemento de mobilidade social da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996. Os autores adotaram a abordagem da estimação do grau de persistência de *status*

econômico para diferentes conceitos de renda. Como resultado, verificaram que a persistência intergeracional, calculada com a renda familiar *per capita* é maior do que a persistência calculada com outros conceitos de renda. Além disso, quando comparado com países desenvolvidos, o Brasil apresenta menor mobilidade intergeracional, nas medidas baseadas em matrizes de transição.

Ney e Hoffmann (2003a) analisam os determinantes da renda agrícola, tentando verificar se o efeito da escolaridade é superestimado em equações de rendimentos que não consideram alguma medida de riqueza controlada pela pessoa que esteja associada à condição socioeconômica da família. Utilizaram os dados da PNAD de 2001, além das variáveis que geralmente são consideradas nas equações de rendimentos ajustadas para pessoas ocupadas, e acrescentaram a área dos empreendimentos agrícolas como variável explanatória e a posição na ocupação, como referência da riqueza da pessoa. Concluíram que, ao incluir na regressão a área do empreendimento, ocorreu uma queda significativa no coeficiente que mostra a influência da escolaridade no ajustamento da renda. Os autores afirmam que as variáveis usadas para designar a riqueza das pessoas, a área do empreendimento agrícola e a posição na ocupação foram os principais condicionantes da desigualdade de rendimento entre os agricultores.

Em outro trabalho, Ney e Hoffmann (2008) verificam quanto as atividades agrícolas e não agrícolas contribuem para a desigualdade de renda rural, analisando por meio da decomposição do índice de Gini e da sua participação no rendimento total da economia em diferentes extratos de renda separados por percentis. Os autores fazem uma separação distinta da apresentada pelo IBGE para designar área rural, que usa o critério da delimitação administrativa; consideraram também, como população rural, os municípios com menos de 20 mil habitantes, exceto os municípios com densidade populacional maior que 60 hab/km<sup>2</sup>. Os autores constataram que as atividades não agrícolas contribuem para aumentar a desigualdade de renda rural. Ressaltam que o desempenho educacional das pessoas e as condições socioeconômicas da localidade onde residem são fatores muito importantes para a realização e o sucesso de atividades não agrícolas em empreendimentos que antes estavam focados apenas na produção de bens primários.

Hoffmann (2011) ressalta a importância de não confundir a residência rural com a ocupação agrícola, ao analisar a distribuição da posse da terra em

empreendimentos agrícolas. Baseado nos dados da PNAD de 2009, o autor incluiu, nas equações de rendimentos, o logaritmo da área da terra do empreendimento como variável explanatória para os indivíduos na posição de empregador e conta própria. Também considerou o fato de o indivíduo ser ou não o proprietário da terra. Como resultado, relatou que a estimativa da elasticidade do rendimento em relação à área do empreendimento é 0,1116, se a pessoa não for proprietária da terra. A elasticidade passa para 0,1371, no caso de proprietário da área. De acordo com o autor, não há dúvida que a área da terra do empreendimento assume um papel importante na determinação do rendimento de pessoas ocupadas na atividade agrícola brasileira. Então é interessante verificar como esses aspectos de riqueza dos pais influenciam no potencial de renda dos filhos.

No trabalho realizado por Jesus e Hoffmann (2015), o objetivo foi analisar a contribuição de várias fontes de renda domiciliar para a redução da distribuição do índice de Gini, observada na RDPC dos domicílios agrícolas, no período de 1995 a 2014, na economia brasileira, destacando para a distinção entre a atividade principal exercida pela pessoa de referência de agrícola e não agrícola. Os autores concluíram que, na redução do índice de Gini dos domicílios não agrícolas, 61% estão associados ao rendimento do trabalho e 18% à transferência do governo federal, enquanto, nos domicílios com atividade agrícola, esses percentuais se invertem para 23% e 64%, respectivamente. Demonstraram, assim, a dependência dos domicílios agrícolas a programas sociais, que, apesar de representar uma pequena participação na renda total, mostram, por meio das transferências federais, o potencial de políticas governamentais bem focalizadas no combate à desigualdade e à amenização da pobreza. No entanto essa característica existente nos domicílios com atividade agrícola, de ter maior parcela de suas rendas oriunda de transferência do governo, não impede de se verificar como alguns aspectos da família interfere no rendimento dos filhos.

### **3. Descrição dos dados e metodologia**

A metodologia da pesquisa é empírica analítica com base em dados disponibilizados pelo IBGE, que serão descritos com mais detalhes nesta seção.

### 3.1 Base de dados e tratamento

Os dados utilizados nesta pesquisa são oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995 e 2015. A pesquisa é realizada anualmente, com os dados referentes ao mês de setembro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1995, a pesquisa não abrangia as áreas rurais dos estados na Região Norte do Brasil; sendo assim, os dados referentes a essas áreas foram excluídos em 2015.

Em 2015, foi excluído, na Região Norte, aglomerado rural de extensão urbana, isolado, núcleo e outros aglomerados, para ficar em harmonia com 1995, cujas informações para essas áreas não foram disponibilizadas; mas foram considerados aglomerado rural povoado e zona rural disponíveis nos dois anos.

A amostra é restringida aos domicílios particulares permanentes (V0201). Também são excluídos da condição de unidade domiciliar os pensionistas, empregados domésticos e os parentes dos empregados domésticos. As observações sem declaração dos anos de estudo, as com idade ignorada e as que apresentaram rendimento domiciliar com valores inconsistentes foram desconsiderados do banco de dados.

A base de dados em foco neste trabalho restringe-se aos filhos na faixa de idade de 24 a 33 anos que continuam residindo com os pais. Escolheu-se essa faixa de idade por entender-se que os indivíduos que completam os níveis de educação, incluindo o superior, na idade esperada estejam com o curso superior completo aos 24 anos de idade e desejem continuar com os pais nos primeiros anos de sua vida profissional. Para os anos analisados, o IBGE não disponibilizou informações a respeito das características dos pais das pessoas entrevistadas em um suplemento especial; como esta pesquisa relaciona o rendimento dos filhos a alguns atributos de seus pais, então foi necessário reorganizar o banco de dados da PNAD, tendo como parâmetro a condição que cada pessoa assume na unidade domiciliar. O banco de dados foi separado em três arquivos distintos a partir da condição no domicílio. O primeiro, um banco de dados (mestre) contendo informações dos jovens de 24 a 33 anos no ano da pesquisa, classificados como filho na condição de domiciliar; o segundo arquivo de dados composto por indivíduos considerados na condição domiciliar como pessoa de referência (chefe), independente do sexo; o terceiro banco de dados, pessoas na condição de cônjuge, independentemente do sexo.



Utilizando duas variáveis de identificação (número de controle, que identifica o código da Unidade da Federação, e número de série, que identifica o domicílio), foi realizado o procedimento de conexão do banco de dados dos filhos com os outros dois arquivos. O resultado desse acoplamento de dados é um conjunto de informações individuais dos filhos com seus respectivos pais, ou seja, informações correspondentes à pessoa de referência e ao cônjuge do referente domicílio do filho.

Após as exclusões e manipulação dos dados, restaram 12.898 observações em 1995 e 16.379 em 2015, correspondentes a 5,8 milhões e 9,3 milhões, nos respectivos anos, de pessoas na faixa de 24 a 33 anos de idade que continuavam residindo no domicílio com os pais, de acordo com o fator de expansão disponibilizado pelo IBGE. Esse fator foi utilizado nas análises realizadas. Esta é a base de dados deste artigo; na elaboração das regressões, considera-se apenas os filhos que trabalham e apresentam valor positivo no rendimento de todos os trabalhos.

### 3.2 Estimação das equações de rendimento dos filhos

Com a finalidade de analisar empiricamente a conformação de alguns aspectos familiares sobre a determinação de rendimentos dos filhos de 24 a 33 anos que moram no mesmo domicílio com os pais, adota-se a metodologia de equações de rendimento ajustadas pelo método dos mínimos quadrados ponderados pelo fator de expansão elaborado e divulgado pelo IBGE com os dados da PNAD.

A variável dependente ( $Y$ ) é o rendimento de todos os trabalhos dos filhos ocupados. O IBGE usa essa terminologia para designar o rendimento obtido de todas as atividades desempenhadas pela pessoa; essa variável é expressa em logaritmo neperiano.

$$\ln Y = \alpha + \sum_{i=1}^k \beta_i X_i + \mu \quad (1)$$

Em que  $\alpha$  e  $\beta_i$  são parâmetros e  $\mu$  os erros; as variáveis explanatórias são separadas em três grupos: o primeiro refere-se às características pessoais do filho (sexo, idade, escolaridade e cor); o segundo, relacionado à localização do domicílio (domicílios da área rural e regiões do Brasil); o terceiro grupo considera

variáveis que designam características socioeconômicas da família (famílias biparentais, ocupação dos pais, setor de atuação dos pais, proprietário da residência, renda e escolaridade da pessoa de referência), conforme pode-se ver no quadro 1. Apenas o rendimento da pessoa de referência é expresso em logaritmo, e sua escolaridade, em anos de estudos; todas as outras são variáveis binárias, com valor igual a 1, se a pessoa participa de determinado grupo, ou 0 (zero), caso contrário. As variáveis independentes, separadas em três grupos são apresentadas no quadro 1.

**Quadro 1 – Detalhamento das variáveis explanatórias da regressão**

| Grupo de Variáveis                         | Variável                | Nome               | Explicação (*)          |
|--------------------------------------------|-------------------------|--------------------|-------------------------|
| Características pessoais dos filhos        | Idade                   | (Id)               | Categorias de 1 a 10    |
|                                            | Idade <sup>2</sup>      | (Id <sup>2</sup> ) | Categoria ao quadrado   |
|                                            | Escolaridade Filho      | (Ef)               | Anos de estudo do filho |
|                                            | Sexo Feminino           | (Sx)               | Sexo feminino (VB)      |
|                                            | Cor Branca              | (Br)               | Cor branca (VB)         |
| Localização do Domicílio                   | Domicílio Rural         | (Ru)               | Domicílio rural (VB)    |
|                                            | Reg. Norte              | (Nt)               | Região Nordeste (VB)    |
|                                            | Reg. Sudeste            | (Sd)               |                         |
|                                            | Reg. Sul                | (Su)               |                         |
|                                            | Reg. Centro-Oeste       | (Co)               |                         |
| Características socioeconômicas da família | Pai Uniparental         | (Pai)              | Lares biparentais (VB)  |
|                                            | Mãe Uniparental         | (Mae)              |                         |
|                                            | Conta Própria           | (Cp)               | Empregado (VB)          |
|                                            | Empregador              | (Er)               |                         |
|                                            | Setor Industrial        | (Ind)              | Setor agrícola (VB)     |
|                                            | Setor Serviços          | (Ser)              |                         |
|                                            | Proprietário Residência | (Cpr)              | Proprietário (VB)       |
|                                            | Renda da PF             | (Rp)               | Logaritmo               |
|                                            | Escolaridade da PR      | (Ep)               | Anos de estudo da PR    |

Fonte: elaboração dos autores.

\*VB – Variável Base ou de referência.

A equação 1 é composta apenas pelas variáveis dos grupos 1 e 2, referente à situação do filho. Servirá para mensurar o comportamento do efeito da escolaridade sobre o rendimento, quando incluir na equação outras variáveis pertinentes à condição familiar. Assim, a equação de rendimentos apenas com as variáveis representando as características pessoais e de localização é:

$$\ln Y = \alpha + \beta_1 Id + \beta_2 (Id)^2 + \beta_3 E + \beta_4 Sx + \beta_5 Br + \beta_6 Ru + \beta_7 Nt + \beta_8 Sd + \beta_9 Su + \beta_{10} Co + \mu \quad (2)$$

A variável *Id* designa a idade do filho, que será considerado o valor 1 para quem está com 24 anos, 2 para 25 anos, e assim por diante, até 10 para 33 anos. Também será usado o quadrado da idade do filho,  $(Id)^2$ , uma vez que o rendimento do trabalho dos filhos ocupados ( $\ln Y$ ) não varia linearmente com a idade. Sendo assim, com o coeficiente para idade  $\beta_1$  e o coeficiente para a idade ao quadrado  $\beta_2$ , deve-se esperar que  $\beta_1 > 0$  e  $\beta_2 < 0$ , e a relação  $-\beta_1/(2\beta_2)$  será a idade da pessoa associada ao rendimento máximo.

A escolaridade do filho representada na variável (*E*) utiliza anos de estudos, que assume os valores de 0 (zero) a 15, para os filhos sem instrução até 15 anos ou mais de estudos, considerado o curso superior completo. Espera-se que cada ano concluído contribua positivamente com o aumento do rendimento.

*Sx* é uma variável binária que se refere ao sexo, com valor 1 para mulheres e 0 para homens. Espera-se que o parâmetro  $\beta_4$  seja negativo, tendo em vista que outros trabalhos empíricos evidenciam que as mulheres ganham menos que os homens, Barros (2017) afirma que o rendimento médio feminino é 22,0% inferior ao rendimento médio masculino.

Quanto à raça, utiliza-se a variável *cor*, com a cor branca adotada como base, com valor igual a 1 e zero para os outros, não brancos.

Com relação à localização do domicílio, usa-se uma variável binária para distinguir domicílios urbanos e rurais (*Ru*), o domicílio urbano tomado como base. É possível esperar que ( $\beta_6$ ) seja negativo, por conta de o rendimento no meio agrícola ser inferior ao da zona urbana, conforme os resultados apresentados por Ney e Hoffmann (2008) e Helfand et al (2009).

Ainda em relação ao local do domicílio, têm-se as regiões do Brasil; são quatro variáveis binárias para diferenciar cinco regiões. A Região Nordeste tomada como base; as outras, Norte (*Nt*), Sudeste (*Sd*), Sul (*Su*) e Centro-Oeste (*Co*), assumem o valor 1. Finalmente,  $\mu$  é o termo de erro.

Na equação 2, acrescenta-se algumas variáveis qualitativas relacionadas às características socioeconômicas da família, procurando verificar como esses aspectos familiares influenciam o rendimento dos filhos; ao comparar os dois anos, percebe-se as principais mudanças ocorridas em duas décadas.

$$\ln Y = \dots + \beta_{10}Pai + \beta_{12}Mae + \beta_{13}Cp + \beta_{14}Er + \beta_{15}Ind + \beta_{16}Ser + \beta_{17}Cpr + \varepsilon \quad (3)$$

Para analisar a composição da família, utiliza-se duas variáveis binárias para diferenciar três situações de formação da família: lares biparentais, tomados como base com valor 0 (zero); e, monoparentais, tendo como pessoa de referência um homem (*Pai*) ou uma mulher (*Mae*). De acordo com Netto Jr., Ramalho e Silva (2013), é razoável esperar que lares biparentais proporcionem maiores condições para os filhos estudarem e conseguirem renda mais elevada do que em lares monoparentais, tornando os coeficientes ( $\beta_{11}$  e  $\beta_{12}$ ) negativos.

Duas são as variáveis binárias para diferenciar as três posições na ocupação no trabalho principal da pessoa de referência do domicílio: empregado, com valor 0 (zero), e as outras duas: conta própria (*Cp*) e empregador (*Er*). Espera-se que o coeficiente ( $\beta_{14}$ ) seja positivo para demonstrar o quanto o empregador ganha mais que o empregado. No entanto ( $\beta_{13}$ ) depende da motivação que levou o indivíduo a trabalhar por conta própria; quando ele é profissional competente e trabalha como autônomo, por ter encontrado uma oportunidade para exercer uma atividade por conta própria, é diferente de outra pessoa desempregada, que está desenvolvendo alguma atividade por necessidade, ou seja, por falta de opção no mercado de trabalho. Principalmente em período com alto índice de desemprego, existem muitos autônomos com baixo rendimento.

O setor de atuação da pessoa de referência do domicílio é avaliado por meio de duas variáveis binárias para diferenciar os três setores da economia: setor agrícola, com valor 0 (zero); setor industrial (*Ind*) e de serviços (*Ser*). Comumente é esperado que os coeficientes ( $\beta_{15}$ ) e ( $\beta_{16}$ ) apresentem valores positivos, uma vez que o rendimento na atividade agrícola é inferior aos outros setores.

A última variável da equação (*Cpr*) trata-se da variável binária para capturar o efeito caso o imóvel residencial seja de propriedade da pessoa de referência do domicílio ou seu cônjuge, que esteja pagando ou quitado, assumindo o valor 1, no caso positivo, e 0 (zero), no caso contrário. Entende-se que ser proprietário do imóvel, por ser uma indicação de riqueza, o capacita a oferecer melhores condições de estudo aos filhos e, conseqüentemente, maior rendimento dos filhos na fase adulta.

Na equação 3, inclui-se duas variáveis quantitativas, vinculadas às condições socioeconômicas da família. Sendo assim, a equação de rendimentos é:

$$\ln Y = \dots + \beta_{18}Rp + \beta_{19}Ep + \omega \quad (4)$$

O rendimento da pessoa de referência ( $Rp$ ) é expresso em logaritmo do rendimento mensal de todas as fontes da pessoa de referência domiciliar. A Escolaridade da pessoa de referência ( $Ep$ ), com base nos anos de estudo da pessoa de referência, assume os valores de 0 (zero) a 15, para os indivíduos sem instrução até 15 anos ou mais de estudos, considerado o curso superior completo. Tem-se em mente que estas sejam as principais variáveis que influenciam positivamente no rendimento dos filhos.

Normalmente em dados de corte seccional, as variâncias são heterocedásticas. Para evitar qualquer interferência desse problema nos resultados, aplicou-se na regressão a técnica de corrigir o erro padrão, conhecido como erros-padrão corrigidos para a heterocedasticidade de White, conforme Johnston e Dinardo (2001).

#### 4. Análise dos resultados

Na descrição da análise dos dados referentes aos filhos de 24 a 33 anos de idade que residem com os pais, inicialmente faz-se um apanhado das principais características inerentes aos filhos e aos pais, para, em seguida, verificar a determinação da renda dos filhos a partir de alguns atributos pessoais e familiares, por meio da estimação de equações de rendimentos.

##### 4.1 Análise de algumas características dos filhos e dos pais

A tabela 1 exibe a amostra utilizada na pesquisa, que atende às restrições descritas na base de dados, item 3.1, em que são consideradas 12.898 observações em 1995 e 16.379 em 2015, representando uma amostra de 5,8 milhões e 9,3 milhões de pessoas, respectivamente em 1995 e 2015. Essa amostra compreende os dados referentes aos filhos com idade de 24 a 33 anos que permanecem morando no mesmo domicílio com os pais, nos respectivos anos. A tabela 1 apresenta, também, algumas características desses filhos.

Nota-se que, dos filhos que permanecem em casa, a maioria é do sexo masculino, as filhas tendem a sair de casa com idade inferior à dos filhos homens, ou seja, os filhos demoram mais para sair da proteção dos pais, o que é evidenciado

pelo alto percentual de filhos na primeira faixa de idade (24-25 anos), 57,3%; ocorre uma redução desse percentual à medida que avança a idade dos filhos. Esse resultado é compatível com o apresentado por Taylor *et al.* (2015), em que afirmam que a idade dos homens assumirem o casamento (formal ou informal) é, em média, quando são nove anos mais velhos que a idade das mulheres. Os autores relacionam vários fatores, dentre eles, o desejo das meninas saírem da casa de seus pais, visando uma expectativa de liberdade, e o desejo dos homens de se casarem com meninas mais jovens, que são mais atraentes e de mais fácil controle.

No período analisado, houve um aumento na proporção de filhos em famílias no formato monoparental, pois, em 2015, apresenta menor percentual de filhos residindo em lares biparentais; no entanto permanece em torno de dois terços dos domicílios. Apenas um terço dos filhos residem em lares monoparentais, com o pai ou com a mãe. Deduz-se que a presença do pai e da mãe juntos proporcione maior apoio para que o filho continue os estudos ou até mesmo trabalhando, sob o mesmo teto com os pais. O fato de o percentual de lares biparentais diminuir com o avançar da idade dos filhos pode revelar que, nos lares monoparentais, os filhos tomam a iniciativa de ter uma vida independente e formar uma nova família, com idade inferior em relação aos filhos biparentais.

**Tabela 1 – Características dos filhos de 24 a 33 anos que residem no domicílio com os pais – por faixa de idade dos filhos (Brasil, 1995 e 2015)**

| Ano  | Faixa de Idade | Número de Observações | Pessoas (milhares) | % Masculino | % lares biparentais | % Residente Z. Urbana |
|------|----------------|-----------------------|--------------------|-------------|---------------------|-----------------------|
| 1995 | 24-25 anos     | 4.181                 | 1.894,1            | 57,3        | 69,1                | 83,1                  |
|      | 26-27 anos     | 3.001                 | 1.351,6            | 57,3        | 66,2                | 81,3                  |
|      | 28-29 anos     | 2.306                 | 1.044,4            | 53,1        | 62,3                | 82,6                  |
|      | 30-31 anos     | 1.882                 | 842,3              | 55,3        | 59,3                | 82,8                  |
|      | 32-33 anos     | 1.528                 | 689,5              | 53,2        | 57,1                | 83,4                  |
|      |                | <b>12.898</b>         | <b>5.821,9</b>     | <b>55,8</b> | <b>64,4</b>         | <b>82,6</b>           |
| 2015 | 24-25 anos     | 4.591                 | 2.618,9            | 57,3        | 67,0                | 87,6                  |
|      | 26-27 anos     | 3.683                 | 2.087,7            | 56,3        | 66,3                | 87,6                  |
|      | 28-29 anos     | 3.152                 | 1.793,3            | 56,5        | 60,5                | 88,2                  |
|      | 30-31 anos     | 2.599                 | 1.484,7            | 57,4        | 57,6                | 87,7                  |
|      | 32-33 anos     | 2.354                 | 1.351,7            | 56,9        | 54,7                | 88,0                  |
|      |                | <b>16.379</b>         | <b>9.336,4</b>     | <b>56,9</b> | <b>62,3</b>         | <b>87,8</b>           |

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/PNADs de 1995 e 2015.

A última coluna da tabela 1 mostra que aumentou o percentual de domicílios na zona urbana, para todas as idades dos filhos. Pode-se aferir que aumentou a disposição dos filhos, residentes na área rural, saírem da casa dos pais com idade inferior aos 24 anos; como também, é possível que o êxodo rural continue acontecendo em todas as regiões do Brasil. Como afirma Alves *et al.* (2011), o êxodo rural foi expressivo no período de 1960 a 1980, nos anos seguintes, perdeu ímpeto, mas foi responsável por 3,5% de toda a urbanização no período de 2000 a 2010.

A tabela 2 faz uma análise idêntica à da tabela 1, dessa vez ordenado por regiões do Brasil. Percebe-se que a Região Sudeste apresenta o maior percentual de filhos residindo com os pais, motivado tanto por ser a região com maior população como por um predicativo de altos custos de vida nas grandes cidades, que representa uma dificuldade para o jovem assumir um aluguel ou adquirir um imóvel; torna-se cômodo permanecer com os pais. A Região Sul apresenta maior percentual de filhos do sexo masculino residindo com os pais, nos dois anos analisados.

As regiões com maior população urbana, em 1995, eram Sudeste e Centro-Oeste, aumentando ainda mais em 2015, em que quase 95,0% da população residia nas cidades, o que revela que o êxodo rural ocorre mais intensamente nas regiões que utilizam no campo equipamentos tecnológicos mais avançados, reduzindo a necessidade de mão de obra no trabalho agrícola.

**Tabela 2 – Características dos filhos de 24 a 33 anos que residem nos domicílios com os pais – por região do Brasil (1995 e 2015)**

| Ano  | Região   | Número de Observações | Pessoas (milhares) | % Masculino | % lares biparentais | Residente zona Urbana |
|------|----------|-----------------------|--------------------|-------------|---------------------|-----------------------|
| 1995 | Norte    | 890                   | 241,5              | 53,7        | 63,8                | 96,9                  |
|      | Nordeste | 4.162                 | 1658,5             | 54,2        | 63,0                | 70,0                  |
|      | Sudeste  | 4.878                 | 2831,7             | 56,2        | 64,0                | 90,4                  |
|      | Sul      | 1.793                 | 751,6              | 58,6        | 69,2                | 74,9                  |
|      | C.-Oeste | 1.175                 | 338,5              | 55,1        | 63,5                | 85,8                  |
|      |          | <b>12.898</b>         | <b>5.821,9</b>     | <b>55,8</b> | <b>64,4</b>         | <b>82,6</b>           |
| 2015 | Norte    | 2.532                 | 763,8              | 58,6        | 63,4                | 82,2                  |
|      | Nordeste | 4.987                 | 2649,8             | 56,3        | 60,4                | 78,2                  |
|      | Sudeste  | 5.171                 | 4168,6             | 56,3        | 62,6                | 94,3                  |
|      | Sul      | 2.129                 | 1115,0             | 60,9        | 65,4                | 86,3                  |
|      | C.-Oeste | 1.560                 | 641,0              | 53,9        | 61,6                | 94,4                  |
|      |          | <b>16.379</b>         | <b>9.338,2</b>     | <b>56,9</b> | <b>62,3</b>         | <b>87,8</b>           |

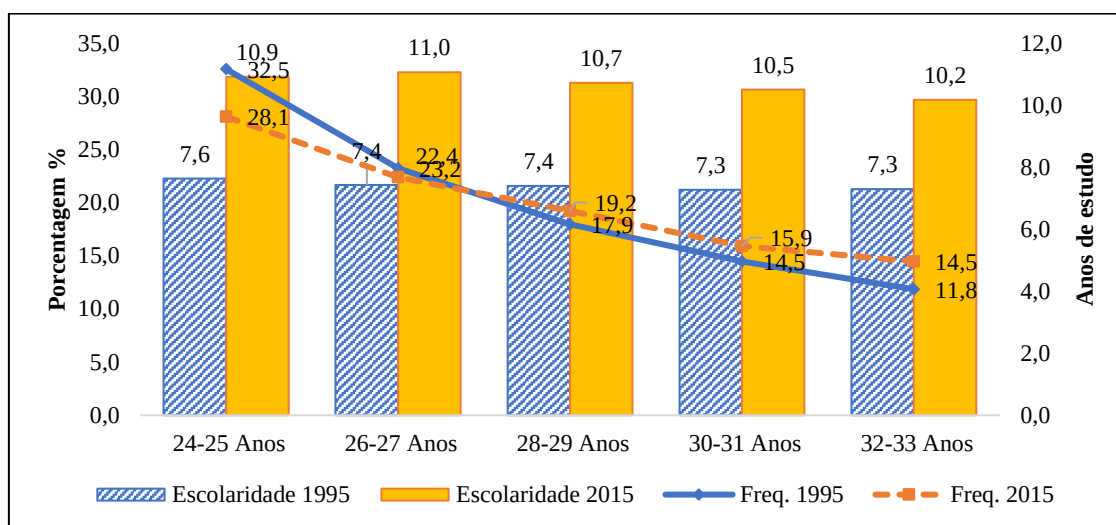
Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/PNADs de 1995 e 2015.

Apenas a Região Norte permaneceu com o mesmo percentual de filhos em lares biparentais; nas outras regiões, diminuiu essa proporção, sendo na Região Sul a maior redução, de 3,8 pontos percentuais. Isso sinaliza que, no período, os casais se separaram com maior frequência.

Por meio do gráfico 1, percebe-se que, com o avançar da idade, os filhos vão saindo de casa, porém com uma mudança significativa nos dois anos analisados. Em 1995, um terço dos filhos da amostra estava com a idade de 24-25 anos e apenas 11,8% nos últimos dois anos (32-33 anos) que ainda residiam com os pais; em 2015, apenas 28,0% da amostra estavam na primeira faixa (24-25 anos), contra 14,5% na última faixa (32-33 anos), indicando que, no segundo ano avaliado, os filhos passaram a demorar mais em casa, talvez pelas dificuldades de enfrentar a vida sozinho ou formar um novo lar, e preferiram continuar residindo no mesmo domicílio com os pais.



**Gráfico 1 – Frequência relativa de filhos com 24 a 33 anos que permanecem em casa e escolaridade média (\*), por idade dos filhos (Brasil, 1995 e 2015)**



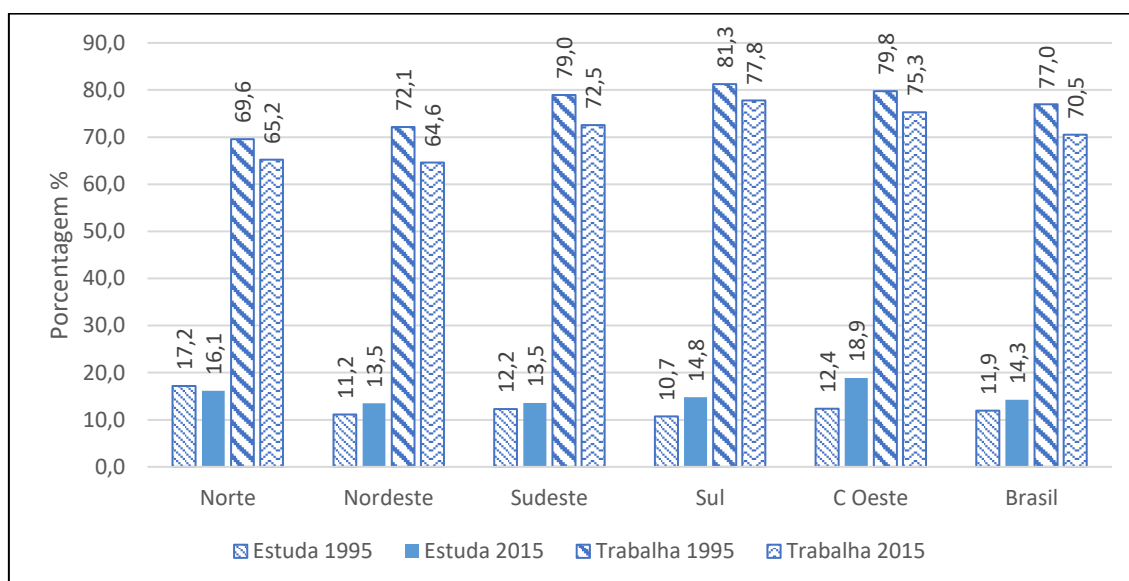
Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/PNADs de 1995 e 2015.

(\*) Escolaridade em anos de estudos. Segue a escala de 0 a 15, sendo 0 para analfabeto ou menos de um ano de estudo e 15 para mais de quinze anos de estudo.

Ocorreu um aumento significativo na escolaridade dos filhos no decorrer das duas décadas, que, em média, passou de 7,4 para 10,7 anos de estudo, respectivamente, de 1995 para 2015. A média de escolaridade dos pais também aumentou, de 3,5 para 6,8 anos de estudo nos respectivos anos, como mostra a tabela 3. No entanto os filhos que permanecem em casa, em média, têm nível de escolaridade maior que seus pais.

No gráfico 2, é possível observar que, em todas as regiões, a maioria dos filhos que permanecem na casa dos pais assim o fazem para trabalhar. Em 1995, em média, 77,0% dos filhos trabalhavam, reduzindo, em 2015, para 70,5%. Para os que apenas estudam, ocorreu um aumento, passando de 11,9% para 14,3% nos respectivos anos. Referente à parcela dos filhos estudantes que permanecem com os pais, pode-se aludir que, ou estão atrasados nos estudos, ou prosseguem em casa para continuar os estudos em nível de pós-graduação. Quanto aos filhos que trabalham residindo com os pais, provavelmente estão em busca de um trabalho com remuneração compatível com sua nova qualificação; ou já são mantenedores financeiros das despesas domésticas, uma vez que o percentual permanece constante mesmo com o avançar da idade desses filhos.

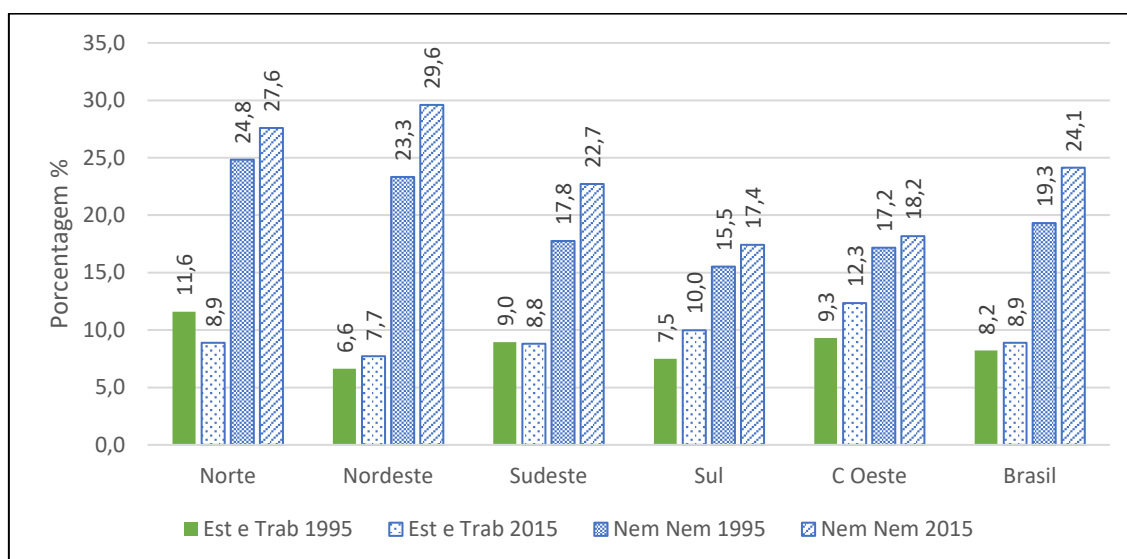
**Gráfico 2 – Frequência dos filhos que só estudam e os que só trabalham por região do Brasil (1995 e 2015)**



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/PNADs de 1995 e 2015.

Em todas as regiões, o número de filhos que nem estudam nem trabalham é superior aos que estudam e trabalham. O primeiro grupo aumentou de 1995 para 2015, em média, de 19,3 para 24,1% nos respectivos anos. Talvez seja reflexo da redução das pessoas ocupadas, mostrado no gráfico 2. De acordo com o SEADE/PED (2020), a taxa de desemprego aberto na RMSP, em 1995, era 8,7%, passando para 11,5% em 2015. Esse aumento na taxa de desemprego pode explicar a elevação dos jovens sem estudo e sem trabalho nesse último ano. As regiões menos desenvolvidas, Norte e Nordeste, apresentam os maiores percentuais de filhos sem atividades escolares e laborais.

**Gráfico 3 – Frequência dos filhos que estudam e trabalham e os que nem estudam nem trabalham por região do Brasil (1995 e 2015)**



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/PNADs de 1995 e 2015.

Os filhos que estudam e trabalham são em menor percentual, mas, na média geral, houve um pequeno acréscimo de 1995 para 2015, em todas as regiões, exceto no Norte, onde diminuiu de 11,6% para 8,9%. A Região Nordeste é a que apresenta o menor percentual de filhos estudando e trabalhando; também é no Nordeste que se encontra o maior percentual de jovens fora da escola e sem trabalho. Provavelmente o baixo desenvolvimento industrial e tecnológico não ofereça oportunidade de trabalho para a região com a segunda maior população do Brasil.

Em 2015, praticamente um quarto dos jovens que residem com os pais não estudam nem trabalham, essa situação parece indicar a precariedade do mercado de trabalho em absorver a oferta de mão de obra, sendo assim, os jovens ficam sem opção e permanecem com os pais.

A tabela 3 mostra algumas características da pessoa de referência do domicílio no qual o filho se encontra, ordenado pela idade dos jovens e pela região. Percebe-se que o rendimento médio do chefe do domicílio teve um aumento real de 3,5% no período, uma vez que os valores de 1995 estão corrigidos pelo INPC para 2015, sendo os maiores aumentos nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, com 25,6% e 14,0%, respectivamente, e, na Região Sudeste, ocorreu um decréscimo de 2,9%, demonstrando as oscilações do poder aquisitivo nas diversas regiões brasileiras. O fato de ter ocorrido um aumento de renda no Nordeste e redução no

Sudeste indica que, nesse período, houve melhora na distribuição de renda no Brasil.

**Tabela 3 – Características da pessoa de referência dos domicílios com filhos de 24 a 33 anos residentes nos domicílios – por faixa de idade dos filhos e por região do Brasil (1995 e 2015)**

| Faixa de Idade e Região | 1995                     |                   |             | 2015                 |                   |             |
|-------------------------|--------------------------|-------------------|-------------|----------------------|-------------------|-------------|
|                         | Renda média do Chefe (*) | Escolaridade (**) | Idade média | Renda média do Chefe | Escolaridade (**) | Idade média |
| 24-25 anos              | 2.096,32                 | 3,7               | 55,8        | 2.036,55             | 7,3               | 53,7        |
| 26-27 anos              | 1.863,59                 | 3,4               | 58,1        | 2.088,73             | 7,1               | 55,7        |
| 28-29 anos              | 1.738,88                 | 3,3               | 59,7        | 1.975,52             | 6,8               | 57,7        |
| 30-31 anos              | 1.794,78                 | 3,3               | 61,7        | 1.837,44             | 6,2               | 59,9        |
| 32-33 anos              | 1.791,51                 | 3,1               | 63,2        | 1.756,54             | 6,0               | 62,0        |
|                         | <b>1.898,44</b>          | <b>3,5</b>        | <b>58,8</b> | <b>1.964,33</b>      | <b>6,8</b>        | <b>57,1</b> |
| Norte                   | 1.502,33                 | 3,3               | 58,5        | 1.581,10             | 6,2               | 56,3        |
| Nordeste                | 1.219,83                 | 2,4               | 59,7        | 1.391,18             | 5,3               | 57,8        |
| Sudeste                 | 2.232,89                 | 4,0               | 58,5        | 2.169,12             | 7,5               | 57,0        |
| Sul                     | 2.179,14                 | 3,8               | 58,3        | 2.446,36             | 7,4               | 57,1        |
| Centro-Oeste            | 2.084,97                 | 3,3               | 58,1        | 2.620,36             | 7,5               | 55,8        |
|                         | <b>1.898,44</b>          | <b>3,5</b>        | <b>58,8</b> | <b>1.964,33</b>      | <b>6,8</b>        | <b>57,1</b> |

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/PNADs de 1995 e 2015.

(\*) Rendimento médio da pessoa de referência do domicílio. Os valores de setembro de 1995 convertidos para setembro de 2015, pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). Índice acumulado no período igual a 3,7578.

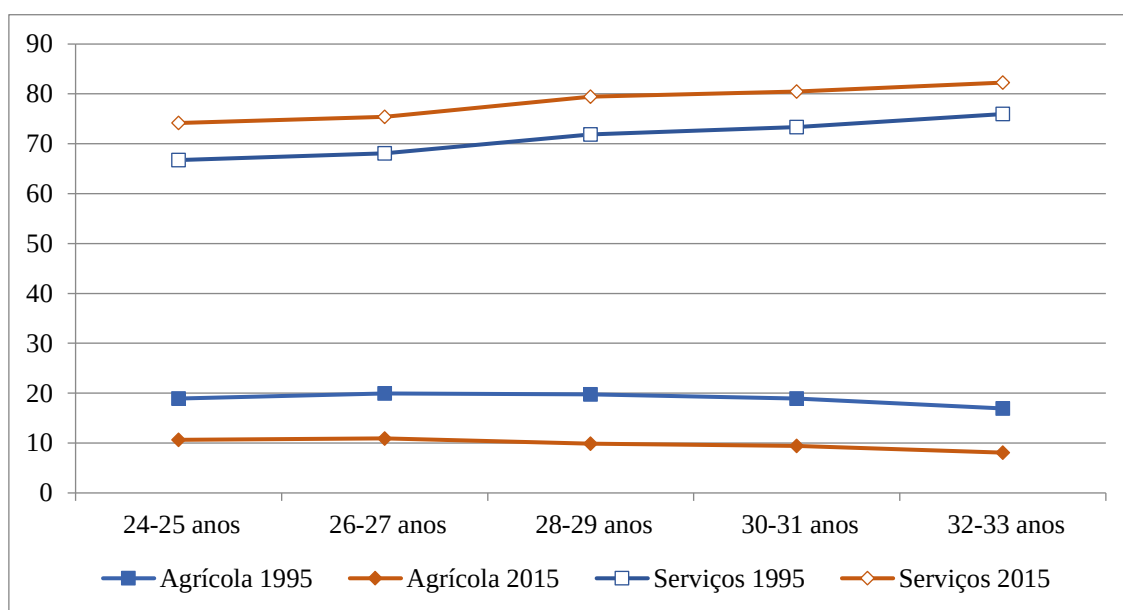
(\*\*) Escolaridade em anos de estudos segue a escala de 0 a 15, sendo 0 para analfabeto ou menos de um ano de estudo e 15 para mais de quinze anos de estudo.

É interessante notar que a escolaridade dos pais praticamente dobrou, de 3,5 para 6,8 anos de estudos, nos dois anos analisados. Ferreira *et al.* (2017) afirmam que o nível de educação tem uma relação positiva com a produtividade (valor agregado por trabalhador). Entretanto, no período analisado, o rendimento médio real não refletiu essa evolução na escolaridade. Dobrou os anos de estudo, mas a produtividade ficou estagnada. As regiões Centro-Oeste e Nordeste foram as que apresentaram os maiores aumentos, superiores a 120%. Esse aumento na escolaridade, talvez, justifique parte do acréscimo no rendimento real dessas duas regiões. Ainda assim, o Nordeste continua com a menor renda ocupacional dos pais e o menor nível de escolaridade do Brasil.

Para verificar os setores de atuação dos pais, o gráfico 4 mostra o percentual de frequência de pais que trabalham nos setores Agrícola e Serviço. O setor Industrial não está plotado, pois permaneceu, mais ou menos, constante entre 11,0 e 12,0%. É possível perceber que o setor de Serviço detém o maior percentual de trabalhadores, tanto em 1995 como em 2015, alcançando mais de 3/4 dos trabalhadores em 2015.

Na agricultura ocorreu um processo inverso. Em 1995, 19,1% dos pais trabalhavam no setor agrícola, número que se reduziu pela metade em 2015; na Região Sul, a redução foi superior a 52,0%. Isso sinaliza que o êxodo rural continua acontecendo em todas as regiões do Brasil, mesmo que em intensidade diferente.

**Gráfico 4 – Percentual de frequência dos Setores Agrícola e Serviço dos Chefes dos domicílios com filhos de 24 a 33 anos que residem com os pais, por faixa etária dos filhos (Brasil, 1995 e 2015)**



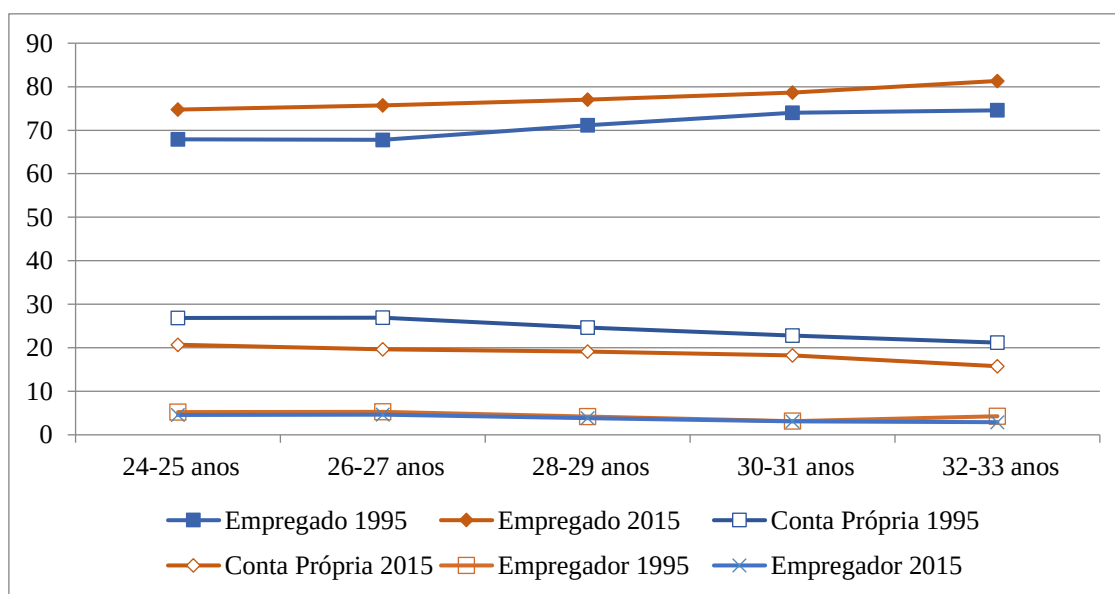
Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/PNADs de 1995 e 2015.

Para averiguar a ocupação de trabalho da pessoa de referência do domicílio, estão plotados, no gráfico 5, os percentuais de pais com ocupação em empregados, trabalhadores por conta própria e empregadores. Verifica-se que não houve alteração dos pais empregadores, que permaneceu inferior a 5% do total. Diferentemente das outras duas categorias, os empregados em 1995, que

representava o maior percentual, aumentaram sete pontos percentuais em 2015, passando a contar com mais de 3/4 das pessoas envolvidas.

Com relação aos autônomos, ocorreu uma retração de seis pontos percentuais, em 1995, que representavam 25,2% na média geral, caindo para 19,1% em 2015. Esse movimento pode ser reflexo de maior concorrência entre os trabalhadores autônomos, permanecendo nessa atividade aqueles com maior habilidade e aptidão para o trabalho independente, enquanto os que exerciam essa ocupação por necessidade encontraram no mercado de trabalho oportunidade de desenvolver seus afazeres com mais segurança.

**Gráfico 5 – Percentual de frequência dos chefes de domicílios que trabalham como empregados e por conta própria com filhos de 24 a 33 anos que residem com os pais, por faixa etária dos filhos (Brasil, 1995 e 2015)**



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/PNADs de 1995 e 2015.

Expostas algumas características dos domicílios que contam com a presença de filhos na idade de 24 a 33 anos, por meio de atributos como escolaridade, renda média e ocupação de trabalho tanto dos filhos quanto do chefe do domicílio, cabe agora verificar a influência dessas características na determinação do rendimento dos filhos ocupados, estimando coeficientes de variáveis explanatórias em equações de rendimentos.

## 4.2 Estimação de coeficientes por meio de equação de rendimentos

Para verificar as principais mudanças ocorridas no período de 1995 a 2015 no relacionamento da renda dos filhos com alguns aspectos domiciliares, foram estimadas três equações de rendimentos para cada ano, com o intuito de detectar o efeito de variáveis explanatórias na determinação do rendimento dos filhos com 24 a 33 anos de idade residindo no domicílio com os pais. A primeira equação apresenta apenas características pessoais dos filhos, como idade, escolaridade, sexo, cor e localidade da residência (conforme equação 2). Na segunda equação, inclui-se na regressão variáveis relacionadas à pessoa de referência do domicílio, utilizando variáveis binárias para designar lares biparentais, ocupação de trabalho, setor da economia e a qualidade de ser ou não proprietário da residência (conforme equação 3). Na terceira equação, acrescenta-se mais duas variáveis quantitativas: o logaritmo neperiano do rendimento da pessoa de referência do domicílio e seus anos de estudo, indicando a escolaridade dos pais (conforme equação 4).

A tabela 5 mostra as três equações para os dois anos analisados. Percebe-se uma diminuição do impacto da escolaridade dos filhos sobre seu próprio rendimento, à medida que se acrescenta novas variáveis explanatórias. Em 1995, o coeficiente estimado é 0,1033, 0,0997 e 0,0844, respectivamente nas três equações, indicando que um ano adicional de escolaridade, em média, eleva o valor esperado do rendimento em 10,9%, 10,5% e 8,8%<sup>2</sup>. Essa influência caiu em 2015, pois o valor esperado do rendimento em consequência de um ano adicional de escolaridade é 7,8%, conforme a equação 3. Esse resultado é semelhante aos relatados por Ney e Hoffmann (2003b), que, ao incluir na equação a escolaridade e ocupação do pai, provocou uma forte queda da taxa de retorno da escolaridade. Isto sugere que a influência da educação sobre o rendimento é superestimada, em estudos que não considera aspectos do ambiente familiar.

A diferença de rendimento entre filhos do sexo masculino e feminino diminuiu pela metade; ainda assim, em 2015, o rendimento esperado das mulheres era 19,6% menor que dos homens, depois de descontado o efeito das outras variáveis explanatórias, indicando que o rendimento feminino das filhas residentes com os pais é 4/5 do rendimento masculino. Em 1995, o rendimento feminino era exatamente 2/3 do rendimento masculino, ou seja, 33,4% menor.

---

<sup>2</sup> Pois o  $\exp(0,1033) - 1 = 0,1088$ .

De acordo com a equação 3, em 2015, para os filhos ocupados a partir dos 24 anos até 33 anos, cada ano de vida aumenta o valor esperado do rendimento em 5,1%, percentual maior que em 1995, que era apenas 3,5%, designando que a experiência se tornou mais importante. Com relação à raça, o coeficiente positivo indica que o indivíduo branco tende a ganhar mais do que o não branco; com o desconto dos efeitos de todas as demais variáveis da regressão, em 1995, o rendimento esperado de uma pessoa branca era de 14,5% maior do que o de um indivíduo não branco (conforme coeficiente da equação 3). Essa diferença caiu para 10,5% em 2015. Assim, de 1995 para 2015, a diferença tanto de gênero como de raça foi reduzida.



**Tabela 5 – Equações de rendimentos para pessoas ocupadas, na categoria de Filhos de 24 a 33 anos de idade, que residem com os pais (Brasil, 1995 e 2015)**

| Log da renda do Filho              | 1995      |         |           |         |           |         | 2015      |         |           |         |           |         |
|------------------------------------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|-----------|---------|
|                                    | Equação 1 |         | Equação 2 |         | Equação 3 |         | Equação 1 |         | Equação 2 |         | Equação 3 |         |
|                                    | Coef.     | P>t (*) | Coef.     | P>t (*) | Coef.     | P>t (*) | Coef.     | P>t (*) | Coef.     | P>t (*) | Coef.     | P>t (*) |
| Constante                          | 4,2854    |         | 4,1083    |         | 3,9603    |         | 5,6906    |         | 5,6333    |         | 5,5511    |         |
| Idade ( <i>Id</i> )                | 0,0311    | 0,008   | 0,0348    | 0,003   | 0,0345    | 0,003   | 0,0459    |         | 0,0472    |         | 0,0502    |         |
| Idade2 ( <i>Id</i> <sup>2</sup> )  | -0,0019   | 0,089   | -0,0023   | 0,044   | -0,0021   | 0,056   | -0,0023   | 0,003   | -0,0024   | 0,002   | -0,0025   | 0,002   |
| Escolaridade Filho ( <i>Ef</i> )   | 0,1033    |         | 0,0997    |         | 0,0844    |         | 0,0941    |         | 0,0920    |         | 0,0753    |         |
| Sexo feminino ( <i>Sx</i> )        | -0,4327   |         | -0,4266   |         | -0,4058   |         | -0,2289   |         | -0,2282   |         | -0,2177   |         |
| Cor branca ( <i>Br</i> )           | 0,1652    |         | 0,1624    |         | 0,1352    |         | 0,1391    |         | 0,1327    |         | 0,0996    |         |
| Domic. Rural ( <i>Ru</i> )         | -0,2504   |         | -0,1506   |         | -0,1436   |         | -0,2142   |         | -0,1754   |         | -0,1424   |         |
| Reg. Norte ( <i>Nt</i> )           | 0,2481    |         | 0,2548    |         | 0,2564    |         | 0,1749    |         | 0,1719    |         | 0,1638    |         |
| Reg. Sudeste ( <i>Sd</i> )         | 0,4890    |         | 0,4779    |         | 0,4679    |         | 0,3352    |         | 0,3314    |         | 0,3125    |         |
| Reg. Sul ( <i>Su</i> )             | 0,4268    |         | 0,4346    |         | 0,4299    |         | 0,3905    |         | 0,3880    |         | 0,3725    |         |
| Reg. C. Oeste ( <i>Co</i> )        | 0,4471    |         | 0,4391    |         | 0,4462    |         | 0,3750    |         | 0,3716    |         | 0,3513    |         |
| Pai Uniparental ( <i>Pai</i> )     |           |         | 0,0162    | 0,720   | 0,0199    | 0,648   |           |         | -0,0559   | 0,052   | -0,0542   | 0,056   |
| Mãe Uniparental ( <i>Mae</i> )     |           |         | -0,0111   | 0,527   | 0,0154    | 0,380   |           |         | -0,0279   | 0,029   | -0,0294   | 0,018   |
| Conta Própria ( <i>Cp</i> )        |           |         | -0,0130   | 0,524   | -0,0366   | 0,072   |           |         | -0,0201   | 0,221   | -0,0410   | 0,011   |
| Empregador ( <i>Er</i> )           |           |         | 0,2137    |         | 0,1225    | 0,007   |           |         | 0,2163    |         | 0,1305    |         |
| Setor Industrial ( <i>Ind</i> )    |           |         | 0,2055    |         | 0,1711    |         |           |         | 0,1074    | 0,001   | 0,0502    | 0,107   |
| Setor Serviços ( <i>Ser</i> )      |           |         | 0,2151    |         | 0,1844    |         |           |         | 0,0914    | 0,002   | 0,0434    | 0,130   |
| Propriet Residência ( <i>Cpr</i> ) |           |         | 0,0213    | 0,261   | 0,0185    | 0,328   |           |         | -0,0091   | 0,548   | -0,0200   | 0,181   |
| (log)Renda da PR(**) ( <i>Rp</i> ) |           |         |           |         | 0,0395    |         |           |         |           |         | 0,0238    |         |
| Escolaridade da PR ( <i>Ep</i> )   |           |         |           |         | 0,0269    |         |           |         |           |         | 0,0256    |         |
| R-quadrado                         | 0,4320    |         | 0,4392    |         | 0,4559    |         | 0,3472    |         | 0,3535    |         | 0,3854    |         |
| Número de obs                      | 8.928     |         | 8.928     |         | 8.928     |         | 11.045    |         | 11.045    |         | 11.045    |         |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/PNADs de 1995 e 2015.

(\*) Teste da hipótese de nulidade do coeficiente. Os demais campos em branco indicam que a probabilidade é inferior a 0,01%.

(\*\*) Pessoa de Referência.

Para as pessoas ocupadas com domicílio na área rural, o coeficiente negativo em todas as equações dos dois anos analisados indica que o rendimento esperado é menor que os residentes na área urbana. Pelas equações 3 dos dois anos, de 1995 a 2015, a diferença é em torno de 15,0%, descontado o efeito das demais variáveis explanatórias. Ainda com relação ao local do domicílio, verificou-se a diferença regional, tendo a Região Nordeste como parâmetro; os coeficientes estimados mostram que o rendimento esperado, em todas as outras regiões, é expressivamente superior ao do Nordeste. Em 1995, a maior diferença era com o Sudeste; em 2015, passou para a Região Sul. Esse resultado condiz com o apresentado na tabela 3, em que, mesmo com dados referentes aos pais, a Região Sudeste apresentava a maior renda média em 1995, mas não houve evolução real na sua renda em 2015, enquanto ocorreu aumento real no rendimento das demais regiões. A renda média da Região Nordeste é inferior às outras regiões, nos dois anos avaliados.

Nas equações 2 e 3 acrescenta-se outras variáveis concernentes aos dados da pessoa de referência do domicílio. Para diferenciar os lares biparentais dos monoparentais, com os filhos morando com o pai ou com a mãe, não apresentou coeficiente significativo.

Em relação à ocupação dos pais, percebe-se que o coeficiente de quem trabalho por conta própria é sempre negativo, indicando que esta categoria tende a ganhar menos que os empregados, porém é preciso enfatizar que a renda dos autônomos pode estar muito subestimada, uma vez que a produção para autoconsumo não é informada na PNAD. Outro fator que contribui para esse resultado é a alta taxa de desemprego, que leva muitos sem uma ocupação formal a desenvolver uma atividade autônoma por necessidade, em algumas circunstâncias, sem qualificação e, conseqüentemente, com baixa remuneração. Quanto ao empregador, o coeficiente é significativo e mostra o óbvio: que o pai empregador influencia no valor esperado da remuneração do filho em torno de 14,0% a mais do que aqueles que são empregados, conforme equação 3 de 2015.

Os pais que trabalham tanto no setor industrial como no de serviços ganham mais do que aqueles que trabalham no setor agrícola, mas essa diferença diminuiu de 1995 para 2015.

Quanto à renda e escolaridade dos pais, aconteceu algo interessante: tanto diminuiu a influência desses dois fatores na determinação da renda dos filhos como

a escolaridade passou a ser mais importante do que a renda. Assim, pode-se dizer que um pai bem escolarizado atua como exemplo a ser seguido pelo filho, para perseguir alta escolaridade e, conseqüentemente, obter boa remuneração. O resultado apresentado em 2015 é compatível com o anunciado por Barros *et al.* (2001), em que o impacto do nível educacional dos pais tem maior importância na escolaridade dos filhos do que a renda familiar, demonstrando que tanto a renda quanto a escolaridade dos pais influenciam no nível de educação dos filhos. No entanto a capacidade que os pais exercem sobre os filhos, estimulando pessoalmente o seu interesse pelos estudos, na realização de tarefas, no exemplo pessoal, incita com maior força o estímulo dos filhos aos estudos do que um rendimento elevado. Para Figueiredo e Silva (2012), a educação e ocupação dos pais, raça e região de localização do domicílio são variáveis que produzem efeitos expressivos sobre a renda dos indivíduos.

## 5. Considerações finais

Diante das apreciações realizadas, com o intuito de verificar a influência socioeconômica familiar na conformação do rendimento dos filhos de 24 a 33 anos de idade que continuam convivendo no domicílio com os pais, nos anos de 1995 e 2015, foram encontrados alguns aspectos interessantes de serem destacados.

No período analisado, de 1995 a 2015, ocorreu um aumento na escolaridade, tanto dos pais quanto dos filhos. A média de anos de estudos dos filhos passou de 7,4 para 10,7 anos de estudos, nos respectivos anos. Em relação aos pais, o aumento foi mais significativo, pois passou de 3,5 para 6,8 anos de estudos, um aumento de 94,3%. O interessante é que, apesar do aumento da escolaridade dos pais, a nova geração apresenta um nível de escolaridade superior à geração de seus pais.

Percebe-se que houve uma mudança no comportamento dos filhos, pois, com o avançar da idade, os filhos passaram a demorar mais com os pais, não saíram de casa com a mesma frequência que ocorria em 1995, chegando em 2015 com 14,5% na última faixa de idade (32-33 anos) ainda residindo com os pais, contra apenas 11,8% em 1995.

Em 1995, já era bastante alto o percentual de filhos que não estudavam nem trabalhavam, em média 19,3%; aumentou ainda mais em 2015, para 24,1%, na

média em todas as regiões do Brasil. As regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores percentuais de filhos fora da escola e sem atividade laboral. Provavelmente, por serem regiões com baixo desenvolvimento industrial e tecnológico, não ofereçam oportunidade de trabalho para os jovens. Já os filhos que estudam e trabalham são em percentual menor, 8,2% e 8,9% na média do Brasil, respectivamente, em 1995 e 2015. O aumento ocorreu em todas as regiões, exceto no Norte, que diminuiu de 11,6% para 8,9%. A Região Nordeste é a que apresenta o menor percentual de filhos estudando e trabalhando ao mesmo tempo.

Pelas equações estimadas, percebe-se que diminuiu o diferencial de rendimento entre filhos do sexo masculino e feminino. O rendimento esperado das mulheres é menor que dos homens e caiu de 33,4% para 19,6%, de 1995 a 2015, mas, ainda assim, permanece uma diferença significativa.

Dentre as características familiares de lar biparental, categoria de ocupação dos pais, setor da economia de atuação dos pais, ser proprietário da residência ou não, o atributo que apresentou coeficiente mais significativo está relacionado à ocupação de trabalho dos pais, em que o pai empregador influencia no valor esperado da remuneração do filho em torno de 13,9% a mais do que aqueles que são empregados, conforme equação 3 de 2015.

Por fim, nota-se que o impacto da escolaridade dos filhos sobre o seu rendimento diminui à medida que se acrescenta outras variáveis explanatórias concernentes às características das famílias e ao rendimento dos pais, pois os resultados das três equações estimadas em 1995 indicam que um ano adicional de estudo, em média, eleva o valor esperado do rendimento em 10,9%, 10,5% e 8,8%. A redução da equação 2 e 3 é em consequência da inclusão do rendimento e escolaridade dos pais.

Diante do exposto, fica evidente que a renda e a escolaridade dos pais são variáveis importantes na conformação do rendimento dos filhos, que influenciam positivamente, no sentido de estimular e oferecer condições para filhos alcançarem altos níveis de escolaridade e, conseqüentemente, entrar no mercado de trabalho com boa qualificação e boa remuneração. Outra dedução possível diz respeito à superestimação do efeito da escolaridade sobre o rendimento, em equações que não consideram o ambiente familiar, em especial, a renda e escolaridade dos pais.

## Referências

- ALVES, E.; SOUZA, G.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. *Revista de Política Agrícola*, v. 20, n. 2, p. 80-88, 2011.
- BARROS, D. Escolaridade e distribuição de renda entre os empregados na economia brasileira: uma análise comparativa dos setores público e privado dos anos 2001 e 2013. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 21, n. 3, p. 1-26, 2017.
- BARROS, R.; MENDONÇA, R.; SANTOS, D.; QUINTAES, G. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 31, n. 1, p. 1-42, 2001.
- BARROS, R.; LAM, D. Desigualdades de renda, desigualdade em educação e escolaridade das crianças no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 23, n. 2, p. 191-218, 1993.
- FERREIRA, M.; MENEZES FILHO, N.; KOMATSU, B. Produtividade e Educação nos municípios brasileiros. *Policy Paper – Insper Centro de Políticas Públicas*, n. 24, 2017.
- FERREIRA, S.; VELOSO, F. Mobilidade intergeracional de educação no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 33, n. 3, p. 481-513, 2003.
- FIGUEIREDO, E.; SILVA, C. Desigualdade de oportunidade no Brasil: uma decomposição quantílica contrafactual. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 42, n. 1, p. 41-60, 2012.
- HELFAND, S.; ROCHA, R.; VINHAIS, H. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil rural: uma análise da queda recente. *Pesquisa e Planejamento Econômico – PPE*, v. 39, n. 1, p. 59-80, 2009.
- HOFFMANN, R. Distribuição da renda agrícola e sua contribuição para a desigualdade de renda no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, v. 20, n. 2, p. 5-22, 2011.
- IBGE/PNADC. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Disponível: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>>. Acesso: jan. 2021.
- JESUS, J.; HOFFMANN, R. Desigualdade de renda no Brasil: a contribuição de parcelas do rendimento domiciliar *per capita*, destacando o setor agrícola. *Revista de Economia Agrícola*, v. 62, n. 1, p. 25-40, 2015.
- JOHNSTON, J.; DINARDO, J. *Métodos Econométricos*. Portugal: McGraw-Hill, 2001.

NETTO JUNIOR, J.; FIGUEIREDO, E. Distribuição de capital humano e desigualdade de renda: mobilidade intergeracional educacional e mobilidade de renda no Brasil. *Economia e Desenvolvimento*, v. 8, n. 1, p. 186-231, 2009.

NETTO JUNIOR, J.; RAMALHO, H.; SILVA, E. Transmissão intergeracional de educação e mobilidade de renda no Brasil. *Economia e Desenvolvimento*, v. 12, n. 2, p. 6-34, 2013.

NEY, M.; HOFFMANN, R. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. *Economia*, v. 4, n. 1, p. 113-152, 2003a.

NEY, M.; HOFFMANN, R. Origem familiar e desigualdade de renda na Agricultura. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 33, n. 3, p. 541-572, 2003b.

NEY, M.; HOFFMANN, R. A contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural. *Economia Aplicada*, v. 12, n. 3, p. 365-393, 2008.

PERO, V.; SZERMAN, D. Mobilidade intergeracional de renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 38, n. 1, p. 1-35, 2008.

REIS, M.; RAMOS, L. Escolaridade dos pais, desempenho no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos. *Revista Brasileira de Economia*, v. 65, n. 2, p. 177-205, 2011.

SCHULTZ, T. Education investment and returns. In: CHENEY, H.; SRINIVASAM, T. (Ed.). *Handbook of Development Economics*. Amsterdam: North-Holland, 1988.

SEADE/PED - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, Pesquisa de Emprego e Desemprego. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>, Acesso: maio de 2020.

TAYLOR, A.; LAURO, G.; SEGUNDO, M.; GREENE, M. “Ela vai no meu barco”: Casamento na infância e Adolescência no Brasil. Rio de Janeiro: Promundo, 2015.